

Contribuição bancaria.....	372.910
Débitos a liquidar.....	24.860.600
Devedores e credores.....	6.837.4760
Emprestimos caucionados.....	7.547.600
Gastos gerais.....	170.8200
Juros a depositantes.....	8900
Letras descontadas.....	40.950.4214
Liquidações.....	4.525.755
Liquidações garantidas.....	5.790.385
Móveis e utensílios.....	800.000
Papéis de crédito.....	15.860.000
Propriedades.....	4.006.4880
Primeira succursal.....	22.785.4405
Segunda succursal.....	14.487.4925
Quarta succursal.....	12.903.4830
Quinta succursal.....	13.340.4050
Valores em liquidação.....	5.737.4820
<b>PASSIVO</b>	
Caixa económica.....	8.578.4760
Capital.....	100.000.000
Depósitos á ordem.....	16.521.4040
Depósitos a prazo.....	16.104.4905
Dividendos a pagar.....	1.708.4600
Fundo de reserva.....	8.400.000
Ganhos e perdas.....	2.420.4220
Imposto de rendimento.....	5090
Juros e descontos.....	522.4445
Promissorias.....	38.012.4160
	<b>192.263.4220</b>

Lisboa, 30 de abril de 1910. — O Director, Joaquim Augusto dos Santos.

Está conforme o duplicado que fica archivado nesta Repartição.

Repartição do Commercio, 15 de novembro de 1910. — Pelo Chefe da Repartição, J. da C. Terenas.

#### Repartição da Propriedade Industrial

##### 2.ª Secção

###### Aviso

Faz-se publico que por despacho ministerial d'esta data, foi prorrogado por mais tres mezes, até 11 de março do corrente anno, o prazo para a completa installação da industria, concedida á firma Sousa, Salgado & C., pela patente de introducção de nova industria n.º 46, para o tratamento completo metallurgico do cobre e producção de chapas, barras, varões e fios do mesmo metal e de latão.

Direcção Geral do Commercio e Industria, 23 de janeiro de 1911. — O Director Geral, E. Madeira Pinto.

#### Direcção Geral dos Correios e Telegraphos

##### 1.ª Repartição

##### 1.ª Divisão

De ordem superior se annuncia que nos termos dos artigos 1.º, alinea a) e 4.º da carta de lei de 27 de outubro de 1909, está aberto concurso de provas escritas para o preenchimento de logares de segundos aspirantes do quadro telegrapho-postal.

Os candidatos que desejem ser admittidos ao referido concurso devem remetter os seus requerimentos á 1.ª Repartição d'esta Direcção Geral até as quatro horas da tarde do dia 22 do mês de fevereiro proximo, declarando nelles qual a sua residencia actual e aquella onde residiram no mês imediatamente anterior.

Os requerimentos devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

1.º Certidão de idade em que provem ter completado o minimo de dezoito annos de idade ou o maximo de vinte e cinco, durante o anno economico corrente.

2.º Certidão de registo criminal.

3.º Documento comprovativo de terem satisfeito á lei do recrutamento militar.

4.º Certidão do curso de telegraphos de alguma das escolas praticas elementares de telegraphia.

5.º Certidão de exame de instrucção primaria.

Todos os documentos devem ser reconhecidos por notario de Lisboa.

Oportunamente será indicado o dia em que os concorrentes devem comparecer á inspecção medica a que tem de ser submettidos, para se verificar se possuem a necessaria robustez para o serviço, e bem assim será publicada a lista dos candidatos admittidos e o dia e hora em que devem ter lugar as provas.

Em todos os actos do concurso seguir-se-hão as disposições do regulamento approvado por decreto de 28 de junho de 1902 publicado no *Diário do Governo* n.º 148 de 7 de julho do mesmo anno, havendo a declarar que o programma seguido para este concurso é o mesmo adoptado anteriormente para o da extinta classe de aspirantes auxiliares do quadro telegrapho-postal.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, 23 de janeiro de 1911. — O Director Geral, Antonio Maria da Silva.

##### 2.ª Divisão

De ordem superior se annuncia que, nos termos dos artigos 1.º, alinea a) e 4.º da carta de lei de 27 de outubro de 1909, está aberto concurso de provas escritas para o preenchimento de logares de segundos aspirantes do quadro dos correios de Lisboa e Porto:

Os individuos que pretendam ser admittidos ao referido concurso, deverão enviar os seus requerimentos á 1.ª Repartição d'esta Direcção Geral até as quatro horas da tarde do dia 22 do mês da fevereiro proximo, declarando nelles qual a sua residencia actual e aquella onde residiram no semestre imediatamente anterior.

Os requerimentos devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

1.º Certidão de idade em que provem ter completado o minimo de dezoito annos e o maximo de vinte e cinco, durante o anno economico corrente.

2.º Certidão de registo criminal;

3.º Documento comprovativo de terem satisfeito á lei do recrutamento militar;

4.º Certidão de exame de português, passada pelos lyceus do reino, Collegio Militar e institutos industriaes e commerciaes;

Certidão de exame de inglês, passada pelos lyceus do reino, Collegio Militar e institutos industriaes e escolas elementares de telegraphia.

Todos os requerimentos devem ser reconhecidos por notario de Lisboa.

Oportunamente será publicado o dia em que os candidatos devem comparecer á inspecção medica a que tem de ser submettidos, para se verificar se possuem a necessaria robustez para o serviço, bem como será publicada a lista dos candidatos admittidos e o dia e hora em que devem ter lugar as provas.

Em todos os actos do concurso seguir-se-hão as disposições do regulamento approvado por decreto de 28 de junho de 1902, publicado no *Diário do Governo* n.º 148, de 7 de julho do mesmo anno, havendo a declarar que o programma seguido para este concurso é o mesmo adoptado anteriormente para o preenchimento de vagas na extinta classe de aspirantes auxiliares do quadro dos correios.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, 23 de janeiro de 1911. — O Director Geral, Antonio Maria da Silva.

##### 3.ª Repartição

Tendo me sido presente a proposta do director geral dos Correios e Telegraphos relativa á remuneração por trabalhos extraordinarios desempenhados na 3.ª Repartição da Direcção Geral dos Correios e Telegraphos: hei por bem autorizar a despesa de 300.000 réis para retribuição dos referidos trabalhos já concluidos, verba que será paga pelo capitulo 8.º, artigo 97.º, da competente tabella da distribuição da despesa.

Paços do Governo da Republica, 21 de janeiro de 1911. — O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

Para a conferencia das contas de responsabilidade dos exactores telegrapho-postaes e organização de mappas, relações e demais notas precisas para a organização da estatistica telegraphica relativa ao anno de 1908, foi necessário, como nos demais annos, que os empregados da 3.ª Repartição d'esta Direcção Geral, desempenhassem esses serviços fora das horas do expediente ordinario por ser impossivel executálos, já pelo constante aumento de serviço que de anno para anno mais se accentua, já pela necessidade de os ter concluidos em tempo opportuno, nas horas normaes de serviço.

Parecendo-me pois de toda a justiça que aquelles empregados sejam remunerados extraordinariamente pelos trabalhos que desempenharam, tenho a honra de propor a V. Ex.ª as seguintes gratificações que lhes devem ser abonadas por tarefas de serviço extraordinario:

Pedro Carlos de Sousa Barata, chefe da 3.ª Repartição, 15 dias a 2.500 réis .....	30.5000
Francisco Antonio de Moraes, chefe de divisão, 15 dias a 2.500 réis .....	30.5000
Jeronimo Cascajero, segundo oficial, 21 dias a 1.500 réis .....	21.5000
João Sabino de Ornellas, primeiro aspirante, 26 dias a 800 réis .....	20.5800
Francisco Claudio de Abreu, primeiro aspirante, 26 dias a 800 réis .....	20.5800
Joaquim da Cruz Silva Raposo, primeiro aspirante, 26 dias a 800 réis .....	20.5800
Primo Antonio da Costa, primeiro aspirante, 26 dias a 800 réis .....	20.5800
Pedro Joaquim Marques, primeiro aspirante, 34 dias a 800 réis .....	27.5200
João Pedro Ribeiro, primeiro aspirante, 26 dias a 800 réis .....	20.5800
Columbano Victorino dos Santos Marques, segundo aspirante, 23 dias a 800 réis .....	18.5400
José Maria Laroche Barbosa de Araujo Ludovice, segundo aspirante, 23 dias a 800 réis .....	18.5400
Pela conferencia de 605 contas de responsabilidade dos exactores telegrapho-postaes de que é encarregado o primeiro aspirante Pedro Joaquim Marques, remuneração .....	51.5000
	300.5000

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, 28 de dezembro de 1910. — O Director Geral, Antonio Maria da Silva.

A importancia de 300.000 réis, constante da presente proposta, tem cabimento na respectiva verba do orçamento em vigor, descrita no capitulo 8.º, artigo 97.º

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 20 de janeiro de 1911. — Cesario de Mello e Castro.

Autorizo. — 21-1-911. — Brito Camacho.

## TRIBUNAIS

### TRIBUNAL DE CONTAS

#### Direcção Geral

##### 2.ª Repartição

Em conformidade com o artigo 71.º do regimento d'este tribunal se publicam, por extracto, os accordões seguintes:

Maria Candida de Assunção, na qualidade de encarregada da estação telegrapho postal de Parede, desde 1 de julho de 1907 até 30 de junho de 1908, foi julgada quite por accordão de 3 de janeiro de 1911, sendo a importancia do débito 107.5085 réis e a do crédito 91.5535 réis, comprehendendo o saldo de 16.5000 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: sellos e mais formulas de franquia, 10.5000 réis; sellos de porteado, 1.5000 réis; depósitos e adeantamentos, 5.5000 réis; tendo a responsável direito a haver da Fazenda Pública a quantia de 450 réis que a mais entregou de rendimento telegraphico nacional.

Tiburcio Carreiro da Câmara, na qualidade de comandante da campanha n.º 2 da guarda fiscal, desde 1 de julho de 1904 até 30 de junho de 1905, foi julgado quite por accordão de 3 de janeiro de 1911, sendo a importancia do débito 9.376.5914,57 réis e a do crédito igual quantia, comprehendendo o saldo de 315.5846,70 réis em dinheiro que passou a débito da conta immediata.

José Germano Martins Grillo Junior, na qualidade de recebedor do concelho de Benavente, desde 1 de julho de 1899 até 30 de junho de 1901, foi julgado quite por accordão de 3 de janeiro de 1911, sendo a importancia do débito 200.800.611 réis, e a do crédito igual quantia, comprehendendo saldo de 30.907.456 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: documentos de cobrança do Tesouro, 19.735.5616 réis; idem de corpos administrativos, 9.008.4909; valores sellados, 1.982.5950 réis; dinheiro do Tesouro, 179.981 réis.

Está conforme. — 2.ª Repartição da Direcção Geral do Tribunal de Contas, 7 de janeiro de 1911. — J. M. Osorio, Chefe da Repartição.

Em conformidade com o artigo 71.º do regimento d'este tribunal se publicam, por extracto, os accordões seguintes:

Alfredo Machado de Moraes e Sousa, na qualidade de recebedor do concelho de Barcelos, desde 1 de julho de 1907 até 30 de junho de 1908, foi julgado quite por accordão de 10 de janeiro de 1911, sendo a importancia do débito 318.090.5251 réis e a do crédito igual quantia, comprehendendo o saldo de 68.974.5211 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: documentos de cobrança do Tesouro, 44.219.6174 réis; idem de corpos administrativos, 11.701.5679 réis; estampilhas para a Caixa de Aposentação dos Operários, 86.5700 réis; valores sellados, 6.835.5480 réis; papéis de crédito do Tesouro, 5.530.5000 réis; dinheiro do Tesouro, 601.5178 réis.

Maria da Conceição, na qualidade de encarregada da estação telegrapho-postal do Dafundo, desde 1 de julho de 1907 até 30 de junho de 1908, foi julgada quite por accordão de 10 de janeiro de 1911, sendo a importancia do débito 280.5810 réis e a do crédito 250.5135 réis, o saldo de 31.5470 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: sellos e mais formulas de franquia, 25.5000 réis; depósitos e adeantamentos, 6.5000 réis; rendimento telegraphico internacional 470 réis. Tendo a haver da Fazenda Pública a importancia de 795 réis, proveniente de rendimento telegraphico internacional, que a mais entregou.

Luis Pereira de Lencastre Sotto Maior e Menezes, na qualidade de recebedor do concelho de Lousada, desde 1 de julho de 1900 até 30 de junho de 1902, foi julgado quite por accordão de 10 de janeiro de 1911, sendo a importancia do débito 280.5810 réis e a do crédito 250.5135 réis, o saldo de 31.5470 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: sellos e mais formulas de franquia, 25.5000 réis; depósitos e adeantamentos, 6.5000 réis; rendimento telegraphico internacional 470 réis. Tendo a haver da Fazenda Pública a importancia de 795 réis, proveniente de rendimento telegraphico internacional, que a mais entregou.

Joaquim Celestino Albano Pereira de Mello, na qualidade de recebedor do concelho de Alemquer, desde 1 de julho de 1899 até 30 de junho de 1903, foi julgado quite por accordão de 10 de janeiro de 1911, sendo a importancia do débito 761.888.5255 réis e a do crédito igual quantia, comprehendendo o saldo de 27.890.5709 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: documentos de cobrança do Tesouro, 19.907.5393 réis; de corpos administrativos, 1.031.5685 réis; de conventos suprimidos, 5.555 réis; da Câmara Municipal, 3.880.5242 réis; valores sellados, 2.450.5501 réis; dinheiro da câmara 615.5333 réis.

Francisco Antonio Caldeira, na qualidade de recebedor do concelho de Monforte, desde 1 de julho de 1899 até 30 de junho de 1901, foi julgado quite por accordão de 10 de janeiro de 1911, sendo a importancia do débito 95.7